

- LXXV -

## JUSTIÇA SOCIAL E INCLUSÃO SOCIAL NAS AÇÕES DE PERMANÊNCIA PARA ESTUDANTES COTISTAS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

**Rita de Cássia Soares de Souza Bueno**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
rcsbueno20@yahoo.com.br

**Neusa Chaves Batista**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
neuchaves@gmail.com

No Brasil, as políticas de ações afirmativas para a educação superior são frutos de problematizações sociais iniciadas nas últimas décadas, as quais trazem à tona discussões e embates referente aos conceitos de *inclusão social* e de *justiça social*. O processo político é antecedido pela própria Constituição Brasileira, prevendo que o ensino deve ser ministrado com base no seguinte princípio: “igualdade de condições para o acesso e permanência” [...] (BRASIL, 1988). Além de outras previsões legais (BRASIL, 1996); e de indicadores sociais que revelam os altos índices de exclusão no tocante ao acesso à educação superior – especialmente no âmbito público, gratuito e de qualidade.

O espaço empírico da pesquisa é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que institucionalizou a política de cotas no ano 2008, quando ocorreu a inclusão das/os primeiras/os acadêmicas/os pelo sistema de reserva de vagas, através da Decisão nº. 134/2007 do Conselho Universitário. Vale destacar que o embate político por parte de representações do movimento negro, lideranças e interlocutores indígenas, ativistas discentes, técnicos e docentes antecederam e suscitaram a adesão, culminando na supracitada decisão. Em agosto de 2012, as ações afirmativas em universidades públicas brasileiras tornaram-se uma política de Estado, com a aprovação da Lei nº 12.711, que garantiu no mínimo 50% das matrículas, por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, para estudantes oriundos do ensino médio público. Dentro desse percentual há subdivisões prevendo cotas com recortes econômico e étnico-racial.

É neste espaço de disputas e embates que se insere este estudo, que visa verificar como e se as universidades públicas atendem às perspectivas de *inclusão social* e de *justiça social* na ampliação do direito à educação superior? Visto que tais preceitos, muitas vezes, são tratadas com algo dado – natural, e não são (Torrecilla e Castilla, 2011), pelo contrário, são construídos socialmente e em constante disputa. Assim, o principal objetivo é analisar as concepções e percepções dos gestores acadêmicos acerca do que sejam as ações de permanência ofertadas para estudantes cotistas na educação superior após o acesso por reserva de vagas. Metodologicamente, utiliza-se a análise de conteúdo (Bardin, 1977; Gil, 1994) para compilar e analisar documentos, tais como: os relatórios institucionais que avaliam o programa de ações afirmativas (UFRGS, 2012 e 2014); as entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores da macroestrutura institucional envolvidos na formulação, implantação e avaliação das ações de permanência no âmbito do programa (BUENO, 2015).

As categorias analíticas foram construídas relacionando as teorias de Nancy Fraser (2007 e 2010) e de Pierre Bourdieu (1996 e 1998), com dados teóricos e empíricos apresentados em alguns estudos (Sousa e Portes, 2011; Heringer e Vargas, 2015) sobre as *ações de permanência* ofertadas para acadêmicos cotistas em universidades públicas brasileiras. Tais diálogos possibilitaram a construção das 3(três) dimensões, a partir das quais procura-se traçar as reflexões críticas:

#### Quadro 1 – Categorias analíticas: conceptualizações

	<b>Dimensão Compensatória</b>	<b>Dimensão Transformativa</b>	<b>Dimensão Participativa</b>
<b>Conceito Básico</b>	São as políticas voltada para sanar os “déficits” de caráter cultural, escolar e/ou econômico dos estudantes provenientes de camadas populares.  Essas são importantíssimas para a inclusão, porém, há que se ter cuidado, visto que na sua prevalência,	Diz respeito aos novos saberes, a valorização da heterogeneidade e o reconhecimento. Ao invés de apenas compensar, dando condições para equiparar as injustiças culturais, escolares e socioeconômicas anteriores, tem função ativa e positiva no sentido	É considerada uma ferramenta essencial na participação consultiva e/ou deliberativa, que requer arranjos sociais que permitam a todos interagir uns com os outros como parceiro, satisfazendo, pelo menos, duas condições: objetiva – na distribuição

	<p>acabam não agindo sobre o contexto social, mas sim, sobre as vítimas dele.</p> <p>As políticas <i>apenas</i> compensatórias acabam fragilizando ações que foquem no problema, porque não questionam a organização e a estrutura social das instituições.</p>	<p>de proporcionar mudanças institucionais: valorizando os ganhos que se tem com a entrada de estudantes com um perfil diferenciado, que antes das cotas praticamente inexistiam nas universidades.</p> <p>Essa transformação seria o envolvimento crítico com as culturas ‘familiares’ e ‘oficiais’, afirmando seus conhecimentos e experiências, questionando os processos e estruturas, dando voz aos estudantes inclusos para a construção de um projeto de justiça social.</p>	<p>dos recursos materiais, assegurando a independência e voz aos participantes; subjetiva – na valoração cultural, expressando igual respeito a todos participantes e assegurando igual oportunidade para alcançar estima social.</p>
<p><b>Aproximações com as teorias de Nancy Fraser e Pierre Bourdieu</b></p>	<p>Mais focalizadas nos sujeitos</p>	<p>Mais focalizadas nas instituições</p>	<p>Interativa e ativa entre sujeitos e instituições</p>
	<p>Mais focalizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● na Redistribuição; e/ou</li> <li>● na compensação do Capital Econômico e Cultural do sujeito.</li> </ul>	<p>Mais focalizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● no Reconhecimento; e/ou</li> <li>● na transformação do Capital Cultural institucional.</li> </ul>	<p>Interativa e ativa entre redistribuição e reconhecimento</p>

As categoria apresentadas no Quadro 1 não são estanques, nem fechadas. Podem representar, em sua forma ideal, um *Ciclo Interativo das Ações de Permanência* que quanto mais aberto, dinâmicos e integrado, mais colaboram para a permanência das/dos estudantes cotistas. Entende-se que as dimensões apresentadas podem estar aninhadas umas dentro das outras, contempladas em primeira ou em segunda ordem. Quando se faz análise de políticas públicas educacionais há de se considerar que são um ciclo contínuo e composto por

contextos específicos que estão inter-relacionados. O que rompe com modelos estanques ou lineares de análises (BALL, BOWE E GOLD 1992; BALL E MAINARDES, 2011).

Ao analisar os relatórios institucionais e as entrevistas com os gestores da macroestrutura, os dados indicaram que a UFRGS ainda necessita enfrentar desafios significativos na implementação das ações de permanência para os acadêmicos cotistas, principalmente na dimensão transformativa, que visa propor mudanças estruturais na instituição. Ao relacionar os resultados de pesquisa com os referenciais teórico-analíticos, percebe-se que as ações de permanências apontam para um modelo unidimensional de justiça social e/ou de inclusão social. Entretanto, encaminham-se para um modelo bidimensional, que incorpore tanto as questões compensatórias, quanto às transformativas. No entanto, apresentam-se fragilizadas na perspectiva de um modelo multidimensional, que envolvam tanto as ações de permanência *compensatórias* e *transformativas*, quanto às de *participação democrática* na construção das políticas institucionais – das ações de permanência.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J; BOWE, Richard; GOLD, Anne. **Reforming Education and Changing Schools: Case Studies in Policy Sociology**. London: Routledge, 1992.

BALL, Stephen J; MAINARDES, Jefferson [Orgs.]. **Políticas Educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 1-286.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998. p.39-64.

\_\_\_\_\_. **Espaço social e espaço simbólico**. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas/SP: Papius, 1996. p. 13-28.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição (1988). **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 2002. 233 p. 1988. p. 1-47.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei n 9.394** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. p. 1-74.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei nº 12.711** que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. p. 1-2.

BUENO, Rita de Cássia Soares de Souza. **Políticas Públicas na Educação Superior – as ações de permanência para estudantes cotistas no programa de ações afirmativas da UFRGS.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 1-170.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?**. In: Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

\_\_\_\_\_, Nancy. **Scalas of Justice: reimagining political space in globalizing word.** New York: Coumbia Universiy Press, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4ª edição. São Paulo: Atlas, 1994. p. 1-207.

HERINGER, Rosana; VARGAS, Hustana Maria. **Uma análise preliminar das políticas de permanência e assistência nas universidades federais brasileiras.** In: Anais do XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. 2015.

SOUSA, Letícia Pereira; PORTES, Écio Antônio. **As propostas de políticas/ações afirmativas das universidades públicas e as políticas/ações de permanência nos ordenamentos legais.** In: R. Bras. Est. pedag., Brasília, v. 92, n. 232, set./dez. 2011. [Disponível em <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1980/1731>. Acesso em 16/09/13]. p. 516-541.

TORRECILLA, F. Javier Murillo; CASTILLA, Reyes Hernández. **Hacia un concepto de justicia social.** Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y cambio en educación, v. 9, nº 4, 2011.

UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Relatório da comissão de acompanhamento dos alunos do programa de ações afirmativas 2008-2012.** 2012. p. 1-30. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/relatorio/relatorio-2012/relatorio-comissao-de-acompanhamento/view> - Acesso em: 02/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Relatório anual do programa de ações afirmativas 2013/2014.** Outubro/2014. p. 1-67. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/relatorio/relatorio-final/view> - Acesso em: 02/06/2014.